Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma

Maria Helena Weber (Org.)



2ª edição

Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma

2ª edição

Maria Helena Weber (Org.)

Porto Alegre
Novembro de 2023


CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico


INCT
INSTITUTO NACIONAL DE
CIÊNCIA & TECNOLOGIA
EM DEMOCRACIA DIGITAL
DD


CPOP
UFPR


UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL


Nucop;
Núcleo de Comunicação Pública e Política


UFRGS
PPGCOM
COMUNICAÇÃO

Copyright by Maria Helena Weber (Org.)

Revisão da 1ª edição: Coletivo Manabu
Revisão da 2ª edição: Maria Helena Weber
Projeto gráfico e diagramação: Rhaysa Novakoski
Editoração: Marja Pfeiffer Coelho
Foto de capa: Lia de Paula

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma / Maria Helena Weber (Org.) - Curitiba: CPOP/NUCOP, 2023. 2ª edição. 558p. Online.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-00-84185-5

1. Comunicação Política. 2. Governo brasileiro. 3. Impeachment Dilma Rousseff. Weber, Maria Helena (Org).

CDD: 321.8

Informações bibliográficas do livro conforme a NBR 60223-2018, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

WEBER, Maria Helena (Org.), Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma. Curitiba: CPOP/NUCOP, 2023. ISBN: 978-65-00-84185-5

DILMA EM TRÊS TEMPOS FRENTE AO ABORTO: direitos reprodutivos, influência religiosa e temas morais no debate público

Sandra Bitencourt
Fiorenza Zandonade Carnielli

Introdução

Este texto parte do agendamento e debate de um tema tabu, o aborto, durante a campanha eleitoral na disputa pela presidência do Brasil em 2010, passa pela análise das manifestações e silenciamentos sobre o tema no governo da primeira mulher a presidir o Brasil e se encerra com a observação do posicionamento público da ex-presidenta, uma década depois, diante de um acontecimento de profunda violência e controvérsia. O propósito é compreender as estratégias discursivas e o posicionamento público sobre o aborto, operados por Dilma Rousseff, no período de uma década, em três momentos distintos, e seus reflexos no avanço ou retrocesso de pautas importantes para as mulheres, especialmente no acesso pleno a direitos reprodutivos.

O percurso para operar essa análise se vale dos achados na pesquisa de doutorado57 sobre o pleito de 2010, cujo objeto e problematização tratou da luta simbólica em torno da construção dos acontecimentos que caracteriza a disputa política contemporânea, com a emergência de um tema polêmico e um novo locus para produção e distribuição de informações, a internet, permitindo pontuar os ganhos e limites democráticos dos debates públicos ampliados. Na tese *O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos* (BARRERAS, 2013), são investigados os fatores e as estratégias de influência sobre os temas que candidatos e públicos vão discutir, buscando identificar o desempenho da imprensa nas correlações entre eleitores e candidatos pela abordagem de um tema polêmico como o aborto, o papel das mídias sociais e a tática dos candidatos.

Dentre os aspectos revelados pela investigação, estão o fato de que o debate teve prioritariamente a participação de grupos de interesse vinculados a igrejas de várias denominações,

[1] BARRERAS (2013).

ao mesmo tempo que não teve a participação expressiva de grupos feministas. Estes podem ter recuado para não prejudicar a candidatura petista ou por julgarem prejudicial debater um assunto nos termos propostos, considerando o duplo discurso que caracteriza o tema. As mídias sociais foram ocupadas por parcelas do eleitorado que buscaram agendar um tema incômodo de modo a influenciar o voto e pressionar os candidatos a firmarem compromissos contra possíveis avanços na legislação. Isso foi conquistado. Lideranças religiosas e políticos vinculados a igrejas foram ouvidos pela imprensa, o tema entrou na pauta da campanha. Já os militantes da causa pró-legalização e mesmo mulheres que tenham praticado aborto inseguro não foram fontes das reportagens.

No caso da candidatura de Dilma Rousseff, os lances do jogo eleitoral na campanha ficaram evidentes, já que a pauta da legalização do aborto é bandeira do Partido dos Trabalhadores. Os pronunciamentos anteriores à campanha eleitoral denotam a concepção de Dilma acerca da necessidade de descriminalizar o aborto. Mas no percurso polêmico entre primeiro e segundo turnos, a candidata precisa mudar de posição. A própria atenção da imprensa a um tema que não está no programa de nenhum dos partidos e não ganha a adesão de nenhum dos candidatos, ou seja, é recusado aparentemente pela agenda política, demonstra o quanto ele se torna importante e pode representar um risco na disputa por votos. A candidatura petista buscou manter o assunto no marco da saúde pública. O deslocamento da posição ocorre aos poucos. Há uma tentativa clara de não criminalizar as mulheres. O desmentido começa dizendo que Dilma respeita a vida, até chegar à posição inequívoca de que é contra o aborto e prometer que não tomará qualquer iniciativa de legalização em seu governo. Esses elementos serão retomados mais detalhadamente a seguir, no primeiro ato de análise, a eleição.

A reflexão teórica passa pelos conceitos de democracia, as relações de mídia e política e os processos de comunicação, opinião pública, bem como as especificidades do tema em questão. A abordagem metodológica é qualitativa, com as técnicas de análise histórico-descritiva e análise de conteúdo.

Do ponto de vista de especificidade do tema, cujas dimensões envolvem aspectos morais, religiosos, jurídicos e sociais, é concebida nesta análise como um tema sensível. A primeira iniciativa no Brasil para descriminalizar o aborto é de 1983, com projeto de lei apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal e rejeitado. Desde a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004, os movimentos sociais recomendaram ao governo "rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez". Em 2007, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres recomendou que o Projeto de Lei originário de uma Comissão Tripartite, com proposta de descriminalização, fosse reapresentado ao Congresso pelo Poder Executivo. Em outubro do mesmo ano, a então Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez uma declaração na mesma direção ao jornal Folha de S. Paulo, posição que voltaria à cena em 2010, na campanha presidencial. É nesse

pleito, com uma mulher competitiva na corrida presidencial, que o tema emerge com um uso estratégico desgastando a então candidata. Ambos os candidatos, Dilma e Serra, silenciam sobre um debate mais aprofundado. O assunto sobre direitos reprodutivos femininos ficou subalterno às estratégias de *marketing* e às equações de composição política e cálculo eleitoral. O aborto reaparecerá como tema sensível, acionado para desgaste, disputa e interdição do debate público.

O uso do termo[2] *temas sensíveis* refere-se a temas vinculados a questões em que há necessidade de posicionamento das pessoas perante os vários aspectos da sua vida social em função de suas crenças e valores. É justamente por isto que tais temáticas se prestam às táticas de apelo emocional, ancoradas em individualismos autocentrados e associativismos fragmentados. Os valores morais representam forças motrizes capazes de organizar as atitudes e os interesses das pessoas e dos grupos sociais (SCHWARTZ, 1992). Seriam formas de pensar e agir desejáveis e socialmente partilhadas. Questões controversas e conflituosas impõem julgamentos de valor porque não podem ser resolvidas apenas pela prova dos fatos ou da experiência, além de serem consideradas importantes por um grande número de pessoas (WOLFGAND BERG et al., 2003, p. 26). Legardez e Simonneaux (2002) propõem definir temas sensíveis como tema socialmente controverso ou socialmente vivo. Para os autores, a questão é viva quando está relacionada a suas representações sociais e seus sistemas de valores, consideradas um desafio para a sociedade (globalmente ou em alguns de seus aspectos ou componentes) e é objeto de um tratamento midiático de tal modo que a maioria dos atores tenha algum tipo de conhecimento a respeito. Faz sentido pensar que são temas acionados, em muitos momentos, de modo estratégico, com capacidade de unificar grupos de interesse ou desconstruir inimigos comuns. O papel desse tema na disputa eleitoral, na condução do governo e no posicionamento público pós-*impeachment* é o objeto de análise a seguir.

Acontecimentos e análise

A partir da reconstrução histórico-descritiva e da análise de conteúdo serão observados três momentos – ou três atos – de posicionamento, debate ou interdição do debate sobre o tema aborto e sua repercussão na adoção, avanço ou retrocesso de políticas públicas e ações governamentais no sentido da garantia de direitos reprodutivos. A partir da reconstituição da linha do tempo, os posicionamentos da presidenta Dilma em relação ao aborto podem ser localizados em três momentos nos últimos dez anos. Esse período compreende a sua primeira campanha à eleição presidencial, em 2010, até o contexto atual e posterior ao golpe que cessou seu segundo mandato em 2016.

[2] O uso do termo também tem sido adotado pelo marketing norte-americano, como "pain points" – os pontos de dor de uma organização. Ou seja, as questões crônicas, aquelas que não têm uma solução imediata junto à sociedade e que são recorrentes.

A análise de conteúdo considera pronunciamentos de Dilma sobre o tema do aborto que se deram em três situações em que ocupava diferentes *status*: candidata, em 2010; presidenta, em 2015; e ex-presidenta, em 2020. Apesar de ela ter tomado medidas de governo que tangenciavam a questão e ter sido interpelada em outras ocasiões sobre o aborto, nessas ela o faz de forma direta e em primeira pessoa. De 2010, recolheram-se as duas cartas destinadas ao "Povo de Deus" assinadas pela então candidata; de 2015, sua fala em entrevista a um canal televisivo francês; e, em 2020, publicação feita por Dilma em seu Twitter por ocasião do aborto legal de uma menina vítima de violência.

O primeiro ato: a eleição

É possível dizer que o cenário pré-eleitoral de 2010, do ponto de vista de embate entre progressistas e conservadores, teve como fator determinante o Programa Nacional de Direitos Humanos. O lançamento do PNDH-3 em junho de 2009 arregimentou os esforços de grupos religiosos e militantes contra o aborto. O PNDH-3 foi composto de 25 diretrizes, vários objetivos estratégicos e o compromisso do governo de implementar políticas em diversos campos, passando pela comunicação social, pela saúde, pela educação, pelos direitos civis e mesmo pela religião. O documento teve potencial para mobilizar diferentes setores e reacender debates em torno de temas polêmicos, como controle social dos meios de comunicação, criação da comissão da verdade para investigar crimes de Estado cometidos durante a ditadura, educação religiosa, laicidade e secularização do Estado, descriminalização do aborto e casamento entre homossexuais.

Houve forte reação de igrejas católicas e evangélicas, dos militares, do sistema midiático e de vários movimentos sociais e grupos de pressão. A maior parte da imprensa viu no decreto uma brecha para o governo passar a controlar os meios, reduzindo liberdade de expressão. Esse tema também foi posto no repertório da campanha. As igrejas, por sua vez, e grupos de todas as denominações religiosas, articularam-se em torno das críticas às diretrizes que tratam da descriminalização do aborto e do casamento gay, consideradas como políticas anticristãs. O governo deu mostras de que poderia recuar em alguns pontos. A então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi convocada pelos senadores para detalhar o PNDH-3, mas parlamentares governistas conseguiram derrubar o requerimento no Senado.

Contudo, os movimentos e grupos religiosos definiram-se por uma estratégia de monitoramento permanente de políticos e candidatos comprometidos com causas contidas no PNDH 3. A mobilização se estendeu ao ano eleitoral. Todo esse ambiente de crítica e pressão dentro do parlamento e via redes sociais pelos grupos cristãos organizados de um lado e grupos militantes feministas de outro acabou por gerar desgaste para o Partido dos Trabalhadores. Ainda assim, em fevereiro de 2010, o 4.º Congresso

Nacional do PT manifestou apoio ao PNDH-3. No mesmo Congresso, a ministra da Casa Civil Dilma Rousseff foi aclamada como candidata oficial do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República.

Em março de 2010, ocorre o VI Encontro Nacional dos Movimentos em Defesa da Vida sobre o PNDH-3, quando 32 movimentos sociais em defesa da vida firmaram a declaração com total rejeição ao Programa. E, mais do que isso, passaram a produzir informes, textos, vídeos, materiais de divulgação para a internet, com o propósito de, via mídias sociais, organizar e disseminar o movimento de oposição ao programa, combatendo o que os grupos organizados chamam de omissão dos cristãos. Em julho de 2010, o bispo de Guarulhos (SP), dom Luiz Gonzaga Bergonzini, em artigo no site da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), intitulado "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus", defende o boicote à candidatura de Dilma por considerar que o PT é a favor da interrupção da gravidez. O debate nas mídias sociais se acirra e tem repercussão dentro de templos e igrejas. Mas não há consenso mesmo dentro das denominações religiosas. O Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, denominação evangélica neopentecostal, e proprietário da TV Record, terceiro canal de televisão do Brasil, fez a defesa da candidata petista a partir de uma posição polêmica: a defesa do aborto como método de planejamento familiar. A exposição de argumentos para um encontro com a Associação das Mulheres Cristãs, ocorrido antes da campanha eleitoral, foi transformado em DVD e vendido em bancas de revista, além de ter trechos postados no Youtube. Há já um ambiente de debate e disputa entre grupos e lideranças religiosas.

Nesse momento, acontece o debate feito pelo Jornal Folha de S. Paulo (Folha *online*) no Teatro Tuca, em São Paulo. Participaram apenas os três principais candidatos a presidente, Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. O formato do debate organizou-se para que na primeira metade do tempo a discussão transcorresse apenas entre os próprios candidatos fazendo perguntas entre si. Nenhum dos três candidatos mencionou o tema aborto. Na segunda parte do debate, os candidatos responderam a perguntas de internautas, coletadas anteriormente pela produção do debate via internet. É quando uma internauta pergunta à Dilma Rousseff sobre sua posição com relação ao aborto (conforme se observa na Figura 1 a seguir).

Nesse ponto, ocorre um entrelaçamento importante entre as agendas dos atores concernidos no debate: candidatos, imprensa e mídias sociais. A questão presente no debate reabastece a cobertura jornalística e as discussões nas redes sociais e redireciona as ações de comunicação da campanha de Dilma. Uma semana depois, no dia 24 de agosto, o PT divulga a Carta ao Povo de Deus, assinada por Dilma Rousseff (conforme Figura 2 a seguir). O episódio foi comparado à Carta ao povo Brasileiro, firmada por Lula em 2002, com o propósito de desmentir medidas que pudessem colocar em risco a estabilidade econômica.



Figura 1. Internauta faz pergunta a Dilma Rousseff. Fonte: BARRERAS, 2013.



www.dilma13.com.br

Carta aberta ao povo de Deus

Olá meus amigos, irmãs e irmãos brasileiros.

Quero me dirigir a vocês, com o carinho e o respeito que merecem todos aqueles que junto conosco, lutam, trabalham e acreditam com um Brasil cada vez melhor, mais justo e mais perto da premissa do evangelho que é "desejar ao próximo aquilo que queremos para nós mesmos".

Aliás, o sonho e o compromisso do evangelho são em muitos aspectos, o sonho e o compromisso de um governante sensível e comprometido com o povo e com os menos favorecidos. Exemplo vivo e vivenciado pelo nosso querido presidente Lula e seu governo, os quais me orgulho de ter feito parte e dado uma parcela significativa de contribuição.

Não temos como negar que os programas "Bolsa Família", "Minha Casa Minha Vida" e tantos outros que assistem as populações mais carentes traduzem esse compromisso na prática. É uma forma de resgatar os valores da vida, da cidadania e da dignidade humana, valores universais que trazem em si a semente do evangelho. Valores estes que nosso governo tem se esmerado a perseguir e que nos impulsionam a buscar mais um mandato.

Como cidadãos comprometidos não podemos aceitar passivamente as injustiças sociais, a violência, a fome, a miséria, as condições subumanas das favelas brasileiras e tantas outras distorções sociais, que a meu ver tem o dedo imperfeito do homem e não o desígnio de um Deus perfeito.

Sabemos que em situações de pobreza, desigualdade social e violência, os que mais sofrem são as crianças e os jovens. São eles as maiores vítimas de uma sociedade inaceitável e injusta, onde poucos sempre têm as melhores oportunidades.

A família sempre foi e será o baluarte de uma sociedade saudável. Quanto mais estruturada é a família, menos caos social teremos. É no desajuste familiar que vemos nascer o abandono infantil gerando os chamados meninos de rua. É na violência doméstica que temos a semente dos adolescentes infratores marcados pela dor vivenciada em seus próprios lares. É no caos familiar que temos os altos índices de agressões contra mulheres e mães indefesas. Isto nos leva ao compromisso de fazer da família o foco principal de nosso governo. Respeitar o elo sagrado das famílias e lutar para que todos e todas tenham dignidade, respeito e valor será o norte de nosso próximo governo.

Compreendemos o quanto as igrejas, todas sem distinção de denominações cristãs, são importantes e necessárias neste projeto de apoio e resgate da família e da sociedade.

As igrejas já fazem suas ações sociais, independentemente das ações do governo. Elas são responsáveis por uma grande e invisível rede social, isto é louvável e traz em si a necessidade da mão amiga do estado, sendo sua contrapartida, tanto em termos de facilitação do acesso às políticas públicas, como em termos de organização de um diálogo constante com o governo. Compromisso este que assumo em meu eventual governo. Quero construir esse diálogo com as instituições que têm sido as grandes empreendedoras do solidarismo humano. Entendo seu valor, sua luta e seu trabalho impulsionado pela missão do evangelho.

Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes, tanto para as minorias como para toda sociedade brasileira.

Assim sendo, meus amigos, quero terminar reafirmando minha posição de que, qualquer ação só é eficaz com determinação e fé e que é a esperança que motiva nossa caminhada.

Rogo a Deus que me dê forças para cumprir minha missão, para que juntos possamos transformar nossa prédica em ação em favor deste novo Brasil que está nascendo.

Peço sua oração e seu voto para que eu tenha a oportunidade de continuar o projeto deste Brasil que está finalmente dando certo, não apenas para uns poucos privilegiados, mas para todos.

Um abraço de sua amiga e companheira,

Dilma Rousseff.

Expediente

Edição e Jornalista: Cynthia Canário DRT 7555 (cynthia.web@gmail.com) Diagramação e Arte: Lia Tenório (lianatenorio@gmail.com) Composição: 2010 - Dilma Vana Rousseff - CNPJ: 11.111.111/0001-11 Coleção "Para o Brasil seguir mudando" - [PUBLICAÇÃO FICTÍCIA PARA FINS DE ESTUDO] - Versão para visualização na Web.

Figura 2. Carta ao Povo de Deus. Fonte: BARRERAS, 2013.

Na Carta, o destinatário "Povo de Deus" é qualificado em termos daqueles que seguem o evangelho, já que não há identificação de denominação religiosa específica. A palavra *evangelho* aparece em quatro ocasiões, sendo a primeira delas no primeiro parágrafo justamente para indicar o público a que se destina a mensagem, como reproduzido no Quadro 1 a seguir.

Manifestação	Reprodução do conteúdo
Carta Aberta ao Povo de Deus	Quero me dirigir a vocês com o carinho e o respeito que merecem todos aqueles que junto conosco, lutam, trabalham e sonham com um Brasil cada vez melhor, mais justo e mais perto da premissa do evangelho que é "desejar ao próximo aquilo que queremos para nós mesmos".

Quadro 1. Trecho 1 Carta ao Povo de Deus. Fonte: as autoras.

As igrejas são referenciadas de forma ampla, "*sem distinção de denominações cristãs*". No entanto, não são apenas as marcas textuais de referência ao *evangelho* e às *instituições cristãs*, mas sobretudo o contexto de pressão sobre a candidatura, que indica o compromisso direto com os grupos religiosos evangélicos. Ou seja, a Carta é um ato de compromisso de campanha com um público específico a quem interessa manter uma abordagem religiosa e conservadora aos temas aborto e família.

No entanto, esse compromisso não está expressamente declarado nesta primeira Carta. Nela, a palavra aborto está presente uma vez, já na metade final do texto e em parágrafo que destina o tratamento do tema ao Congresso Nacional, conforme vê-se no recorte do Quadro 2 a seguir:

Manifestação	Reprodução do conteúdo
Carta Aberta ao Povo de Deus	Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes tanto para as minorias como para toda sociedade brasileira.

Quadro 2. Trecho 2 Carta ao Povo de Deus. Fonte: as autoras.

A ação com o propósito de neutralizar a onda de informações e boatos envolvendo o tema aborto e a candidatura petista acaba por reforçar a presença do tema na cobertura jornalística e a discussão nas mídias sociais. Uma sucessão de notas públicas de grupos religiosos e entidades demonstra o grau de desacordo que o tema suscita, incluindo o movimento Católicas pelo Direito de Decidir e a Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em posições opostas. Nesse cenário ocorre o

primeiro turno das eleições. A definição da necessidade de etapa complementar foi atribuída a diversos fatores pela imprensa e pela análise dos representantes dos partidos. Um desses fatores teria sido a polêmica referente ao aborto, com prejuízos à candidatura de Dilma pela perda de votos localizados entre os eleitores cristãos. Tal avaliação manteve a questão em evidência para as estratégias discursivas no segundo turno.

Diferentes levantamentos demonstram que o assunto foi explorado com intensidade pela imprensa. De acordo com o Observatório da *web* da Universidade Federal de Minas Gerais o auge das referências ao debate da descriminalização do aborto nos jornais e revistas *online* aparece relacionado à Dilma Rousseff com o maior pico de 64 referências no dia 7 de outubro e a José Serra no dia 6 de outubro com 50 citações. A largada do segundo turno é marcada pelo tema tabu. O reflexo aparece nos discursos dos dois candidatos. No primeiro programa do HGPE no segundo turno de José Serra é dita na locução em *off* a seguinte frase: "Serra sempre condenou o aborto e defendeu a vida". Dilma Rousseff volta a declarar em seu site, de forma mais categórica que é contra o aborto: "Dilma e o aborto: 'Sou contra; é uma violência contra a mulher'" diz a nota.

A posição dos candidatos mantém o tema como o grande destaque do repertório da campanha do segundo turno. Uma pesquisa realizada pelo Ibope, indica que 80% dos brasileiros são contrários à legalização do aborto. Nesse cenário, mais uma vez a candidata petista busca reforçar uma posição inequívoca contra a descriminalização do aborto. Pela internet, no dia 15 de outubro é lançada "A mensagem de Dilma", que fala de forma contundente e promete não tomar iniciativas para mudar a legislação: "Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto". A segunda mensagem publicada por Dilma com o propósito de "*pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais*". Nela, nos primeiros dos seis tópicos enumerados (reproduzidos no Quadro 3 a seguir), Dilma assume ser pessoalmente contra o aborto e que não atuará, se eleita, para mudar a legislação sobre o tema.

Manifestação	Reprodução do conteúdo
A mensagem de Dilma	1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal; 2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto; 3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.

Quadro 3. Trecho 1 A mensagem de Dilma. Fonte: as autoras.

Os tópicos quarto, quinto e sexto passam da especificidade do aborto ao seu enquadramento como preservação à família. É o que está expresso nos excertos do quadro a seguir, em que se veem referências à proteção de afrontas à família e a fazer dela foco principal de programas e leis do futuro governo.

Manifestação	Reprodução do conteúdo
A mensagem de Dilma	4. O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família; [...] 5. Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatam a cidadania e a dignidade humana.

Quadro 4. Trecho 2 A mensagem de Dilma. Fonte: as autoras.

Uma pesquisa realizada no dia do segundo turno eleitoral pelo Ibope nos locais de votação e nos domicílios, levantando não só o voto como também a filiação religiosa, revelou que Dilma venceu por larga margem entre os eleitores católicos (58%), mas praticamente empatou com o seu adversário entre os evangélicos (52 a 48% dos votos).

O segundo ato: o governo

O delineamento de ações de governo confrontadas com posicionamentos da presidenta Dilma Rousseff pós-eleição em 2010 auxilia na compreensão dos avanços ou retrocessos destinados às mulheres, especialmente no tocante aos direitos reprodutivos, em sintonia com o compromisso assumido pela então candidata nesse pleito: não avançar na pauta ou na discussão da descriminalização do aborto.

Em junho de 2012, o jornal Folha de S. Paulo apura que o Ministério da Saúde estuda a adoção de uma política de redução de danos para mulheres que pretendem abortar clandestinamente, oferecendo informação sobre os riscos do aborto clandestino e sobre maneiras de fazê-lo. Por parte do Governo, houve uma negativa e um recuo dessa iniciativa.

Em fevereiro de 2013, a ONG Brasil sem Aborto denuncia a existência de uma cartilha não tão abrangente quanto a que se anunciava em 2012, mas de conteúdo preocupante para os grupos Pró-Vida: tratava-se de orientações preparadas pelo Ministério da Saúde para abortos usando o misoprostol, princípio ativo do Cytotec, medicamento cuja venda é proibida no Brasil desde 1998. A cartilha não é editada.

Em maio de 2014, o Ministério da Saúde publica a portaria nº 415, pela qual é criado oficialmente o procedimento aborto em todo o Sistema único de Saúde (SUS); o documento faz

referência à lei 12.845/2013, que trata da assistência às vítimas de violência sexual. A repercussão negativa fez o Ministério voltar atrás, alegando que a publicação da portaria "foi um equívoco". A referida lei, enquanto ainda era um Projeto de Lei, dividiu o movimento pró-vida, por conta do que os ativistas alegavam ser ambiguidades. Algumas organizações exigiam o veto total da lei, outras, o veto parcial. A presidenta Dilma aprovou a lei na íntegra.

Em junho de 2015, em entrevista[3] ao Canal Francês France 24, a presidenta Dilma Rousseff declarou que o Estado brasileiro ainda precisava passar por um longo processo de evolução para ser capaz de discutir sobre o tema aborto. Nessa declaração, a referência ao aborto não vem associada ao enquadramento da família ou da religião. O que não significa, por usa vez, qualquer flexibilização do acordo com o setor. A fala de Dilma nessa ocasião é curta, preenchendo os dois minutos finais de uma entrevista de vinte e cindo minutos de duração. O aborto é referido como uma previsão legal no Brasil em certos casos e como questão individual na qual o Estado não deve interferir. No quadro a seguir, reproduz-se a resposta da presidenta à pergunta sobre a necessidade de a sociedade evoluir sobre o aborto.

Manifestação	Reprodução do conteúdo
Entrevista de Dilma a canal francês	Olha, hoje no Brasil a lei permite o aborto. É importante isso, é quando há má formação, quando... inclusive o Supremo decidiu, a Suprema Corte de Justiça. Enfim, permite quando há violência contra a mulher e daí surge uma situação. Eu acredito que o Brasil hoje, ainda, vai ter um processo longo para evoluir nessa área. Se você fizer uma enquete é possível que nem todas as mulheres defendam isso. Eu acho que essa é uma questão em que o Estado não tem de entrar agora, o Estado Nacional não tem de entrar, nós não temos que intervir, nós temos que guardar o que nós acreditarmos para nós. Não temos que entrar nessa arena.

Quadro 5. Trecho Entrevista de Dilma a canal francês. Fonte: as autoras.

Importa ressaltar que o sentido de ser uma questão individual a ser protegida da ação do Estado aqui não aparece como uma escolha possível da mulher pelo aborto, mas, antes, como uma crença ou posição individual pela manutenção da sua criminalização. Afinal, a expressão da presidenta é pela não alteração do tratamento legal ao aborto. Por fim, o entrevistador pergunta a posição de Dilma enquanto mulher, ao que ela responde: "Eu enquanto mulher sou presidente". Assim ela encerra a questão e também dá sinais de que se sobrepõe o compromisso de Governo a qualquer posição particular dela. Ou seja, o Estado é maior que a sua posição pessoal que não deve ser pautada. Como visto, exatamente o oposto da resposta em que afirma, naquele momento, que a intervenção pública do Estado não deve ocorrer sobre o aborto, sem avanços sobre convicções individuais.

[3] Ver em: https://www.rfi.fr/br/brasil/20150608-dilma-sobre-petrobras-lutarei-ate-o-fim-para-demonstrar-que-nao-estou-ligada (https://www.france24.com/en/20150608-video-interview-dilma-rousseff-brazil-fifa-scandal-petrobras).

Em 31 de agosto de 2016, após aprovação do processo de *impeachment* no Senado, Dilma Rousseff se despediu em caráter definitivo do Planalto, destacando em seu discurso final uma mensagem para as mulheres:

> Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar. (ROUSSEFF, 2016)

A expectativa de militantes e ativistas era que essa causa pudesse ter sido ao menos colocada em pauta por parte do Executivo, o que não aconteceu. Uma das maiores autoridades no assunto, a pesquisadora a antropóloga Debora Diniz, do instituto de bioética Anis, afirmou à BBC Brasil: "Para mim, uma das grandes tristezas do governo Dilma foi ver que a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres não avançou em nada, pelo contrário. O tema foi totalmente silenciado. Mesmo com uma ministra absolutamente engajada (Eleonora Menicucci, na Secretaria de Políticas para Mulheres), nada avançou, porque ela não podia falar nada. E, para falar a verdade, foi um retrocesso se olharmos para o fato de que os serviços que oferecem aborto legal (para os casos previstos em lei) foram cortados pela metade nesse governo", avaliou.

Em 2017, a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Dilma, Eleonora Menicucci[4], ativista histórica da causa, declarou que se sentia frustrada por não ter conseguido a legalização do aborto e nem a discussão foi alcançada por cautela de companheiros do partido no Ministério e principalmente em função de um Congresso fundamentalista. De fato, as ações do Governo Dilma recuperadas na linha do tempo demonstram que as inciativas de discussão e tratamento do tema aborto foram interditadas, fiel ao compromisso assumido em campanha.

O terceiro ato: o acontecimento

A última manifestação de Dilma sobre o aborto foi publicada na conta do Twitter da ex-presidente em 20 de agosto de 2020 por ocasião da realização de aborto legalmente autorizado em menina que engravidou após ser violentada no interior do Espírito Santo. O enredo brutal envolvendo uma criança de apenas dez anos estuprada pelo tio desde os seis, grávida, apavorada e fragilizada emocionalmente, que teve decretado pela justiça o direito ao aborto legal e passou por um novo calvário de agressões para conseguir acessar o tratamento, foi capaz de reaglutinar diferentes grupos, atores envolvidos e em disputa em torno do tema aborto. Dentre eles, a ex-presidenta.

[4] Ver em: https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/nao-consegui-legalizacao-do-aborto-diz-ex-ministra-de-dilma.html"

O debate público se estabeleceu dentro dos novos fluxos e dinâmicas virtuais, com protagonismo de influenciadores digitais, parlamentares ativos nas redes sociais, grupos religiosos e organizações feministas. Para além da repulsa à sucessão de violações que a menina e sua família padeceram, o episódio tornou-se uma oportunidade para pensar os processos simbólicos de disputa em torno de temas sensíveis nos quais a comunicação pública e sua missão de articular a rede de posições em torno a pautas de interesse público se vê capturada em processos de constrangimento e cerceamento na troca de razões que deveria ser orientada para a pluralidade e para o diálogo racional.

O aborto segue como um dos temas mais controversos dentre os chamados temas sensíveis. É segregador (porque não permite consensos) e unificador ao mesmo tempo, por ser capaz de juntar diferentes filiações religiosas (não raro em competição) e permitir desse modo um uso estratégico, ainda que para isso seja necessário agredir a infância que esses mesmos atores alegam defender.

Vaggione (2006) oferece a interpretação de que o discurso do Estado e da religião a respeito do aborto tem a dupla capacidade da hierarquia eclesiástica de exercer seu poder sobre o estado e ao mesmo tempo estabelecer os limites culturais e morais do debate entre a população. Esse poder se manifesta com especial virulência em relação ao aborto, apresentando-o como contrário ao direito natural.

A teia discursiva que ganhou os meios de comunicação de massa e a circulação digital via redes sociais e os enunciadores da discussão violenta que se processou em torno do caso foi protagonizada por grupos e lideranças religiosas conservadoras cristãs (católicos e evangélicos); parlamentares de orientação religiosa; influenciadores e ativistas digitais (conservadores e progressistas); grupos progressistas das igrejas; grupos feministas; meios de comunicação e entidades militantes por direitos.

A ex-presidenta Dilma é uma das pessoas públicas que se pronuncia sobre o acontecimento. Na sequência de quatro *twittes*, apresenta dados de violência a crianças e relata a sucessão de fatos envolvendo a menina do ES, como se vê na reprodução, na íntegra, do quadro a seguir.

Dilma recupera os fatos de forma a dualizar ação fanática com ação humanitária. A ação fanática é relacionada à ministra de Estado do Governo Bolsonaro, Damares Alves, enquanto a frente humanitária se coaduna à entidade médica e movimento feminista. Dessa forma, ao Governo, Dilma imputa explicitamente a tentativa de descumprimento da lei e, implicitamente, a afronta à ciência e à vontade de setores sociais. Chama atenção em seu posicionamento a classificação da ação contrária ao aborto como própria de *fanáticos*, termo que identifica aqueles que têm zelo excessivo pela religião, sendo intolerantes. Ou seja, a religião aqui aparece como fonte danosa de ação que se opõe a direito humano fundamental. De toda forma, esse direito fundamental aponta para a preservação da menina violentada e ao cumprimento de decisão judicial –baseada na lei que a presidenta se comprometeu a não alterar.

Manifestação	Reprodução do conteúdo
Publicação no Twitter de Dilma	1. Dados mostram que 66 mil mulheres foram estupradas em 2018 no Brasil e que 53,8% das vítimas eram meninas ou crianças com menos de 13 anos. Uma delas é a menina/criança do interior do ES violentada pelo tio desde os 6 anos e que, grávida, foi autorizada a fazer um aborto. (...) 2. Apesar da permissão legal e judicial, um grupo de fanáticos mobilizados pela ministra Damares tentou invadir o hospital de PE em que a menina foi operada, para impedir a cirurgia. Gravidez aos 10 anos é de enorme risco e os fanáticos não consideram a ameaça à vida dela. (...) 3. O aborto é permitido em gravidez decorrente de estupro, risco de vida à mulher e anencefalia do feto. O governo quis descumprir a lei. Ao trauma do estupro e da gravidez que a menina nem é capaz de entender, esteve na pauta acrescentar a morte de uma criança de 10 anos. (...). 4. A menina foi salva pela ação humanitária do Centro de Saúde Amauri de Medeiros. O grupo de fanáticos que cercou o hospital foi afastado pela ação corajosa das mulheres do Fórum de Mulheres de PE, que foram ao local para apoiar o cumprimento de um direito humano fundamental.

Quadro 6. Publicação no Twitter de Dilma. Fonte: as autoras.

Como já aqui referido, há dez anos, no pleito de 2010, o tema foi explorado por um viés moral. A imprensa, à época, fez uma cobertura de conteúdo dentro dos moldes propostos pelos promotores da pauta: com apelo religioso. Apesar de protestar contra o teor medieval da pauta, os meios de referência (analisados na tese de doutorado já referida) ficam limitados à disputa política, tendo uma única matéria, dentre mais de 800 conteúdos produzidos no período eleitoral de segundo turno, com escuta de mulheres e dados referentes ao problema de saúde pública que a prática representa.

O fato é que finalizado o pleito e eleita a candidata Dilma Rousseff, o site da Secretaria de Políticas para as Mulheres deixou de disponibilizar quaisquer informações sobre a pauta aborto, assim como a Secretaria de Direitos Humanos, ambas vinculadas à Presidência da República. Pode-se inferir que houve um silenciamento sobre o tema e nenhum movimento que buscasse colocar essa pauta em debate público. Mesmo os grupos militantes não retomaram as antigas pressões. Parece que o assunto sobre direitos reprodutivos femininos ficou subalterno às estratégias políticas e publicitárias. No episódio do ano de 2020, a expresidenta Dilma Rousseff se posiciona de maneira inequívoca contra os grupos conservadores, embora não defenda a descriminalização do aborto.

Reflexões teóricas: opinião e debate público frente a temas sensíveis

Nos ensina Foucault (1996) que as práticas de fala pública e os discursos que as atravessam se constituem como uma combinação do que é visível e do que é enunciável em

cada estrato histórico. As formações discursivas, são, portanto, as lentes por meio das quais em cada tempo e lugar as pessoas percebem todas as coisas ao seu redor. Esses quadros históricos que norteiam a percepção sobre o que falar, pensar e fazer permitem posições de modo singular. Podemos, então, observar como um tema sensível é apropriado, usado estrategicamente, silenciado ou reinterpretado em momentos diferentes, não raro pelos mesmos personagens.

O papel que as estratégias de comunicação terão no percurso desses temas é central. Parte da crítica que se faz às práticas e teorizações da democracia deliberativa é que seriam ignorados que alguns consensos podem ser falsos e obtidos por meio de ameaças, exclusões e coerções e que a comunicação pode ser sistematicamente distorcida pelo poder (YOUNG, 2014). Habermas (1997) observa que as dinâmicas sociais que vivemos têm características de uma "refeudalização" da sociedade. O sujeito político da nossa sociedade de massas não seria o indivíduo do liberalismo, mas grupos sociais e associações com interesses de certos setores privados que influenciam as decisões políticas, ou, vice-versa, das instâncias políticas que intervêm no tráfego comercial e na dinâmica do mundo da vida. Privatização do público e politização do privado, múltiplas transgressões de uma delimitação legal e eticamente tipificada, diz o autor.

Contudo, mesmo com os aspectos negativos e as dificuldades de sobrevivência e desenvolvimento da publicidade crítica na sociedade de massa, dada a sua importância fundamental para a realização da democracia, o estabelecimento de compromissos políticos teria de se legitimar via processo de comunicação pública, porque apenas o debate público e crítico permitirá a expressão e superação de conflitos reais e da vontade comum. É a discussão pública, a busca argumentativa de conceitos, o contrapeso necessário às formas de pressão e coerção do poder, que sempre tende a sobrepor-se opressivamente sobre a realidade social. Para Habermas (1997), os discursos não dominam por si mesmos, mas têm potencial libertador, já que é a sua força comunicativa que influencia e permite certos tipos de legitimação. Esse poder da comunicação não pode ser suplantado por ações instrumentais. Assim, Habermas propõe um conceito de "espaço de opinião pública" sob uma lógica explicativa e normativa, buscando entender a constituição e a dinâmica desse espaço e como pode ser delimitado e contrastado o poder comunicativo e poder político.

A distinção entre o agir instrumental e o agir comunicativo, proposta por Habermas (1989), mostra que a racionalidade comunicativa permite a promoção do indivíduo e sua cidadania. Mas, cada vez em maior escala, a racionalidade instrumental se estende para outros domínios nos quais deveria prevalecer a ação comunicativa.

A presença discursiva e estratégica de grupos de interesse e forças políticas nas redes corrobora para uma percepção de um uso da linguagem e da conversação não como meio de conseguir consenso, mas como ação orientada para a eficácia de promoção de certas pautas e grupos, associada à destruição e ataque de frações e temas identificados como

inimigos. As condições de liberdade e não constrangimento, imprescindíveis ao diálogo, se deterioram nesse ambiente e impedem o aperfeiçoamento dos instrumentos de participação dentro da sociedade, ainda que a tecnologia amplie esse potencial como nunca antes na história. Quanto melhores forem as condições do diálogo, melhor a qualidade da democracia. O contrário também é verdadeiro.

Como sugere Habermas (1997), o princípio do discurso tem o sentido cognitivo de filtrar contribuições, argumentos, temas e informações de tal modo que seus resultados sejam corroborados supostamente pela aceitabilidade racional. O caráter discursivo da formação da opinião e da vontade na esfera pública política implica o sentido prático da produção de entendimento, isenta de violência.

Cabe questionar, concretamente, na nova geografia comunicacional, com uma esfera pública mais automatizada e menos transparente, se as questões morais não substituem concepções políticas ao ganharem mais eficiência e rapidez no posicionamento comportamental e social em meio a fluxos intensivos e fragmentados de informação. Dito de outro modo, um tema moral seleciona e posiciona visões de mundo de modo menos exigente que as questões políticas, permeadas pela necessidade de ideologia – e, dessa forma, se presta bem à comunicação instrumental ou estratégica.

Se recorrermos à análise da primeira fala do Horário Político Eleitoral em 2010, quando a candidata Dilma Rousseff destinada a fazer história ao potencialmente ocupar como mulher a presidência pela primeira vez, percebemos o cuidado em manter a representação dos valores da família e da fé em Deus. Mesmo quando tratou de outras questões como desenvolvimento econômico, emprego, educação e moradia, o programa eleitoral de Dilma buscou associar medidas e conquistas às famílias brasileiras.

De um modo geral, os programas de Dilma Roussef analisados por Barreras (2013) evidenciam que sua condição feminina é explorada com as representações recorrentes do papel esperado para a mulher: a mãe, a avó, a dedicação à família, a identificação com o dom da vida. Ao lado desses padrões morais são colocados valores cristãos. Dilma Rousseff é apresentada como alguém escolhido, que recebeu "uma graça divina". Naturalmente essa imagem é construída de modo contrário ao que o aborto representa no discurso de seus críticos. Dilma respeita a vida e tem fé. Na Figura 3, que a seguir resgata imagens do primeiro HGPE de Dilma no segundo turno em 2010, como a candidata em meio a famílias padrão, ao lado do papa Bento XVI, com o neto) a representação moral e religiosa está presente.

Olhando o presente e remetendo os acontecimentos de uma década, é importante problematizar se havia outro modo de vencer a disputa e enfrentar o tema incômodo. A posição a fez refém dos conservadores e em certa medida permitiu os arranjos e alianças que levariam ao processo de derrubada de seu governo? As futuras equações eleitorais precisam levar em conta o cálculo das frações religiosas do eleitorado, impedindo avanços, cerceando direitos e mantendo hirarquias perversas? Qual o sentido, nesse caso, da comunicação pública e da democracia?

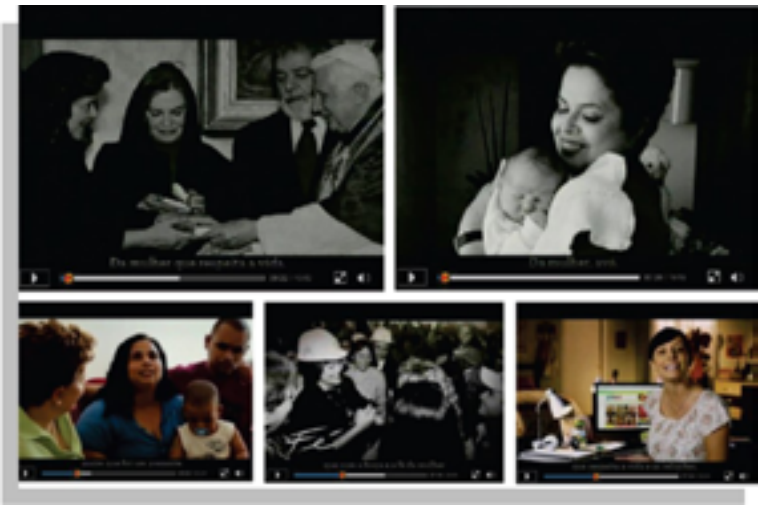


Figura 3. Mosaico HPEG Dilma Rousseff 2010. Fonte: BARRERAS, 2013.

Algumas evidências aparecem no intervalo de tempo definido para compreender o processo em torno do debate público, produzido na fronteira entre interesses públicos e privados. As análises dos dados empíricos empreendidas pelas ferramentas teóricas adotadas sugerem várias considerações a respeito dos esquemas de agendamento durante uma campanha eleitoral, da interdição do debate público em função dos interesses político-partidários, da complexidade da comunicação pública e dos mecanismos de formação da opinião frente a um tema polêmico e do uso estratégico por frações do eleitorado, imprensa e candidatos articulando fronteiras públicas e privadas, por meio da conversação e da representação de estereótipos.

Referências

BARRERAS, Sandra Eliane Olivera Bitencourt de. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010**: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/81209?locale=pt_BR>

BERG, W.; GRAEFFE, L. & HOLDEN, C. **Teaching controversial issues**: A European perspective. Children Identity & Citizenship in Europe (CICE), Londres, 2003.

'ESSENTIAL to shed light on FIFA scandal,' says Brazil's Rousseff. Paris: France 24, 2015. Son., color. Disponível em: https://www.france24.com/en/20150608-video-interview-dilma-rousseff-brazil-fifa-scandal-petrobras. Acesso em: 27 abr. 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

HABERMAS, J. **Historia y crítica de la opinión pública**. La transformación estructural de la vida pública. Barcelona: G. Gili, 1981.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Facticidad y validez**. Madrid: Trotta; primera edición alemana, 1998.

LEGARDEZ, A. & SIMMONEAUX, L. **L'enseignement des questions socialement vives á l'école**. Biennale N.º 6 de l'éducation et de la formation, Paris, 2002. Disponível em <http://www.inrp.fr/biennale/6biennale/Contrib/affich.php?&mode=long&NUM=247>. Acesso em: 21 fev. 2018

ROUSSEF, Dilma. "NÃO consegui legalização do aborto", diz ex-ministra de Dilma. **O Povo**. Fortaleza. 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/nao-consegui-legalizacao-do-aborto-diz-ex-ministra-de-dilma.html.> Acesso em: 27 abr. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso no Palácio do Planalto**. Brasília, 2016. https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/veja-a-integra-do-pronunciamento-de-dilma-apos-impeachment.htm. Acesso em: 27 abr.2021.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the context and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M. (Org.). **Advances in experimental social psychology**. Orlando: Academic Press, 1992. vol. 25. p. 1- 65

VAGGIONE, Juan Marco. **El aborto: las nuevas fronteras** - Red Latinoamericana de católicas por el derecho a decidir (2006). Disponível em: <http://www.catolicas.com.ar/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=161&Itemid=82> Acessado em: 19 agos. 2012.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, V. 13, p. 187, 2014.